

O TRABALHO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL: UM BREVE ENTENDIMENTO DA RACIONALIZAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Guilherme Sávio Marchi¹

RESUMO : A Revolução Industrial é o momento pelo qual a indústria começa a se postar no mundo do trabalho, tendo a criação e inserção da máquina no processo produtivo como o maior elemento de transformação das relações de produção. Este trabalho tem como objetivo abordar um pouco do complexo que é a sociedade industrial, centrando-nos naquilo que tange ao modo de produção que a caracteriza. Neste estudo foram utilizadas obras de diversos autores que trataram do trabalho industrial e das relações que decorrem deste. Além das mudanças ocorridas nas ferramentas de trabalho, também é a partir da prevalência da classe burguesa que são instituídas mais intrincadas racionalizações do trabalho, o que acaba por alterar necessariamente as relações sociais. Dentro deste processo, os Estados Unidos da América tem papel de destaque, principalmente no século XX. A partir disto, pode-se verificar os impactos das transformações trazidas pelo trabalho industrial, tanto no processo produtivo quanto no trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Industrial; Trabalho; Indústria; Estados Unidos da América.

ABSTRACT: The Industrial Revolution is the moment when the industry begins to impose itself in the world of work, having the creation and the insertion of the machine in the productive process as the bigger transformation element of the production relation. This study has the objective to approach a little of the complex that is the industrial society, focusing on what relates to the production mode that characterizes it. Works from several authors that study the industrial work and the relation that deriving of it were used in this article. Beyond the occurred changes in the work instruments, is also since the prevalence of bourgeois class that are imposed most intricate work rationalizations, this necessarily changes the social relations. In this process, the United States of America has prominent role, mostly in XX century. Thus, it's possible to verify the impacts of the transformations caused by the industrial work, both in productive process and in the worker.

KEYWORDS: Industrial Revolution; Work; Industry; United States of America.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A INDEPENDÊNCIA HUMANA

Um dos maiores objetivos da humanidade – mesmo que não seja sempre pré-ideado – é tornar-se independente da natureza. A Revolução Industrial foi um evento que constituiu um importante passo rumo a esta conquista – que não cabe aqui avaliar se é factível ou não. A Revolução Industrial foi o acontecimento que possibilitou a formação da sociedade industrial, que representa uma importante mudança na relação homem–natureza.

A sociedade cuja organização do trabalho é industrial vem desde meados do século XVIII e podemos considerar que vigora até os dias atuais. É fato que é uma forma societal inédita, pois analisando toda a história humana, comprovar-se-á que nunca existiu organização similar. Nesta configuração nova a Revolução Industrial foi essencial, pois promoveu a produção de mercadorias de modo que fossem relativamente superados os imperativos naturais; conseguiu-se, a partir deste momento, um

¹ Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL), do Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA).

distanciamento, uma relativa independência, dos limites e exigências que a natureza impunha ao trabalho. Há séculos os homens buscam maneiras de produzir energia que sejam alternativas às formas naturais. Procura-se a separação do vínculo existente entre a produção de energia e a natureza.

Até a sociedade industrial, um dos mais importantes modos de se conseguir energia era através das quedas d'água². Os empreendimentos tinham que ser instalados obrigatoriamente ao lado dos rios, de quedas d'água, para que os moinhos pudessem ser movimentados. Com o advento da máquina movida a vapor³, a Revolução Industrial deu aos homens a oportunidade de estabelecerem suas oficinas e fábricas em localidades que até então, pelas formas de produção de energia que existiam, seria impossível.

As conquistas desta transformação não ficam restritas às máquinas a vapor, visto que estas podem representar um início e não um fim, pois, a partir deste fato o homem começa a transformar rápida e constantemente seu mundo. Este acontecimento histórico – e social – trouxe outros recursos de extrema utilidade à humanidade que até então eram irrealizáveis, como a utilização do ferro e, posteriormente, do aço para a fabricação de máquinas, que até então eram elaboradas em madeira. Este novo recurso, por sua vez, alavancou a superação do espaço pelo homem com a criação da locomotiva e das estradas de ferro. Deste momento em diante torna-se praticável o transporte de enormes cargas, de um território a outro, e em uma velocidade muito superior às que eram tidas como velozes até então. Bem como sua utilização na esfera econômica, a locomotiva possibilitava também o trânsito de indivíduos, tendo assim interferido efetivamente na vida destes.

A Revolução Industrial não pode ser considerada uma instituição arbitrária que foi estabelecida de repente. Foram modificações graduais que trouxeram uma forma específica de relação do homem com a natureza; favorece uma forma histórica específica do trabalho, representando uma etapa da humanização do mundo. Estas alterações modificam a técnica, mas antes disto, são mudanças sociais. Todas as transformações são primeiramente sociais, uma vez que provêm de imposições de certa classe social para que seus interesses sejam atendidos e, neste momento em questão, esta certa classe era a burguesia industrial.

No modo de produção anterior ao capitalista o senhor feudal, os nobres e outros fragmentos sociais dominantes não queriam se apropriar do modo de fazer, da produção. Outra parcela da burguesia, a mercantil, pode ser incluída nestes fragmentos, já que sua

² A força das quedas d'água era considerada de extrema relevância, pois forneciam energia gratuita, eficaz, que não se desgastava e dotada de constância, mas, mesmo assim, não deixamos de citar que existiam outras formas também, como a tração humana, a tração animal, o vento, entre outras.

³ Sistema onde se aquece a água em caldeiras, através da queima de combustíveis (carvão, lenha, etc.), de forma que seja gerado vapor, sendo este enviado às máquinas através de tubulações para movimentá-las pela força resultante deste processo.

preocupação, ou melhor, seus interesses, estavam presentes na esfera da circulação de mercadorias. No entanto, a burguesia industrial procurou sempre apreender o *modus operandi*⁴, o *como* fazer, o *saber* fazer. Esta burguesia industrial tem um discurso muito centrado na técnica, ao ponto deste discurso estar presente na ideologia desta classe.

A burguesia capitalista industrial tem seu foco na esfera da produção porque é deste âmbito que advém sua acumulação. Para tal concentração de capital, esta classe viu a necessidade de uma profunda alteração nos meios de trabalho.

A relação hegemônica do período feudal era extra-econômica, pois se pautava no favor. O servo produzia; o nobre protegia e tinha posse da maior parte do que era produzido pelo servo; e o clero abençoava esta sociabilidade. Diferentemente desta, a relação hegemônica burguesa é centrada na economia. A relação capitalista-proletariado ocorre no processo de trabalho, onde um é proprietário dos meios de produção e o outro dono da força de trabalho. Enquanto o escravo da Antiguidade Clássica aceitava sua condição – relação moral – e o escravo moderno – incluindo-se o ‘escravo servil’ – tem sua relação com seu senhor com base na coação, o trabalhador assalariado se encontra, segundo a teoria liberal, na *suposta* condição de homem livre. Livre para vender sua capacidade produtiva a quem e quando ele quiser⁵. Portanto, é assim que se pode observar que esta comunicação entre empregador e empregado tem como campo de ação a economia.

Nem na escravidão Antiga, nem na Moderna, nem no feudalismo, a classe exploradora se importou com o saber-fazer. Apenas no trabalho livre, ou colocando em um termo mais adequado, assalariado, onde a coação é econômica, a classe dominante detém a técnica produtiva. A esfera econômica é, então, a única em que o capitalista consegue ‘escravizar’ o operário.

A MÁQUINA

Para que o capitalista consiga manter esta ‘escravidão’ é necessário que mantenha os grilhões na qual esta relação está assentada. Estes grilhões da sociedade industrial podem ser atribuídos à propriedade privada dos meios de trabalho, configurados, a partir da Revolução Industrial, nas máquinas.

A introdução da máquina no processo de trabalho acaba por modificá-lo. A produção, com a inserção da máquina, é subsumida realmente pelo capital, ou seja, o trabalho é absorvido para algo mais amplo, o capital. O operário deixa de ser sujeito

⁴ O modo de operação de determinada atividade, a maneira de agir, a forma de executar uma tarefa.

⁵ Enfatiza-se no texto o uso da suposição porque se sabe que esta demonstração da relação capitalista-proletariado centrada na esfera econômica como uma relação de seres em condições iguais é mera aparência, uma vez que o trabalhador, se não vende sua força de trabalho, não encontra meios de vida, resultando então, mais próxima da realidade, uma relação baseada na coação.

do processo para se tornar um reles órgão da máquina – mesmo que seja um órgão consciente é, ainda, apenas um órgão.

A problemática detectada e desenvolvida por Marx, e trabalhada por Cláudio Napoleoni, no livro *Lições Sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx* diz respeito à ordem do processo de trabalho antes e depois de sua subsunção pelo capital. Segundo ele, em todas as formas de produção que antecederam o modo capitalista, o operário exercia o papel ativo do processo criativo, tendo como fim a natureza a ser trabalhada. Na relação trabalho-natureza pré-capitalista, o instrumento de produção aparece como mediação ou intermediário. O trabalho realizado pelo indivíduo sobre a natureza se dava pelo domínio que exercia sobre o instrumento durante a transformação. A relação adequada para se visualizar o processo de produção pela vista do trabalho é a seguinte: trabalho-instrumento-natureza⁶. Portanto, nesta visão, o trabalhador opera o instrumento sobre a natureza.

Com a inserção da máquina, ou, mais modernamente, com a utilização de um sistema automático composto por várias máquinas, a relação trabalho-instrumento-natureza é remodelada. Quem desempenha a função ativa do decurso produtivo passa a ser a máquina, ou o conjunto delas. A natureza permanece em sua posição anterior, na função passiva de ser transformada segundo a vontade do indivíduo. Consequentemente, quem fica encarregado da função mediadora é, agora, o operário. Este último torna-se então o instrumento com o qual a máquina atuará sobre o objeto. Como sintetiza Napoleoni,

(...) a própria essência da tecnologia capitalista reside no fato de que é invertida a relação entre o trabalho e o instrumento; enquanto, inicialmente, o instrumento é precisamente instrumento em sentido próprio, agora é exatamente o contrário; é o trabalho que se torna instrumento e, portanto, o termo de mediação com o qual o sistema das máquinas – que agora não está mais na posição de instrumento – entra em contato com a coisa, com o objeto trabalhado, com o processo. (NAPOLEONI, 1981, p. 88)

Em suma, a relação capitalista coloca a lógica que antes se apresentava sob a perspectiva do trabalho, agora na ótica do instrumento, modificando a ligação anterior para uma nova, qual seja: instrumento-trabalho-natureza.

O capital, em sua essência, transforma tudo em objeto, coisa, ou, em última instância, mercadoria. Isso não seria diferente quando este passa a se apropriar do processo produtivo. O trabalho – quando passado ao termo de intermediário, meramente instrumental – perde a característica de objetivação de um raciocínio teleológico para se transformar numa ‘coisa’.

⁶ Considerando trabalho, a atuação prática consciente efetuada pelo indivíduo.

O operário também é transformado em coisa sob a concepção do capitalista. Este último só pensa o funcionário como ser vivo, que carece de satisfazer necessidades para sobreviver, quando precisa apelar a tal discurso para que os operários aceitem seus míseros salários e as precárias condições. Tudo o mais que tratar do empregado como semelhante é pura demagogia. Como já exposto anteriormente, o operário é mero número ao capitalista, ou seja, é coisa. Enquanto as organizações produtivas anteriores veem o trabalho como processo comandado pelo trabalhador, que utiliza ferramentas para agir sobre a natureza como se estas fossem extensões de seu corpo, ampliando sua força e habilidades, a organização capitalista estabelece o contrário. No trabalho subsumido ao capital, a máquina é a fonte de energia que usa o trabalhador como seu órgão para transformar a matéria-prima. Nesta perspectiva, a ação do indivíduo é meramente um esvaziamento de suas forças numa atividade cuja finalidade é estabelecida por outrem. É uma atuação completamente afastada de sua subjetividade.

Napoleoni demonstra – com base nos escritos marxianos – que a inversão dos papéis do trabalhador e do instrumento no processo técnico não altera a posição em que se encontra a ciência. Quer dizer, quando o trabalhador passa a ser mero instrumento do trabalho, a subjetividade mantém-se como termo inicial, fazendo parte, neste novo momento, da máquina. O trabalhador que antes operava suas ferramentas com racionalidade – como pressupõe a ontologia do ser social – não possui mais esta consciência. A sua ação partia do conhecimento, da ciência; agora, esta ciência “que está sempre no início do processo técnico” (NAPOLEONI, 1981, p. 91), é um conhecimento embutido na máquina, em sua operacionalidade, em seus movimentos. Os movimentos do indivíduo são definidos pelos movimentos da máquina. Para corroborar esta assertiva, recorreremos ao texto de Napoleoni mais uma vez, onde ele expressa que, no processo produtivo capitalista,

z...) esses dois momentos, o trabalho e o conhecimento, são separados, não estão mais juntos; e, então, o trabalho se tornou uma mera ação mecânica e a ciência se colocou fora da subjetividade de quem trabalha; foi pensada em outro local e, no processo de trabalho, encontra-se presente não em quem trabalha, mas dentro de uma *coisa*, pois é isso que é a máquina. (NAPOLEONI, 1981, p. 93)

O conhecimento é, então, destacado do produtor. Ontologicamente, a essência do trabalho corresponde a estarem presentes no indivíduo produtor a ciência e a atividade consciente, cabendo ao instrumento a atividade mecânica, posta em prática pela força do tal produtor. Na sociedade industrial, com a inclusão da máquina na técnica, ocorre o contrário: o conhecimento pertence à máquina, pois ela configura um instante da consciência do homem que a criou – que não é, necessariamente, seu produtor –, ficando a atividade mecânica com o indivíduo, condicionando então uma

redução do trabalhador⁷. A ciência no capital é mais um setor produtivo; a subjetividade é um setor produtivo de um conhecimento específico a serviço do capital.

O trabalho, que, ontologicamente, se tratava da realização de uma atividade prática do homem, com uma finalidade previamente idealizada por ele, depois do capital nada mais é do que valorização de um produto final, dando origem à mercadoria. O trabalhador é responsável por esta valorização do objeto, porém, esta atribuição de valor não é planejada por ele. Ele não determina o quê, quanto, como ou para quê produzirá; apenas faz o que é prescrito. Em vista disso, o trabalhador é subordinado ao produto de sua ação, ou, em outras palavras, o trabalho vivo é subordinado ao trabalho morto – como diz Marx.

Napoleoni encerra o oitavo capítulo de seu livro – intitulado *As Máquinas* – levantando algumas questões muito interessantes e que têm cabimento para serem brevemente tratadas aqui, uma vez que trazem algumas reflexões sobre a máquina.

A primeira questão se refere à possibilidade de se usar máquinas em um processo de trabalho que tenha como pressuposto indispensável a superação da alienação do operário. Será possível que o operário utilize estes modernos instrumentos sem que permaneça em posição intermediária, apenas como mediador da ação que a máquina infere à natureza? A resposta é: sim, é possível, pois o que causa a subordinação do operário ao produto do trabalho não é a máquina em si, mas o modo de produção capitalista no qual, tanto ela quanto o homem, estão inseridos. Logo, o que torna o homem um instrumento de trabalho é o capital e não a máquina, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção – podendo ser estes meios de produção um sistema automático de máquinas ou qualquer outra simples ferramenta de atuação sobre o objeto, desde que seja externo ao corpo do homem – impõe ao indivíduo sujeitar-se à condição de instrumento.

A segunda indagação trazida à tona pelo autor diz respeito à forma física da máquina, à sua representação material. Segundo Napoleoni, o formato da máquina é resultado do processo tecnológico, inserido na perspectiva do capital, adotado para sua fabricação. Quer dizer, a máquina tem determinado formato pois foi projetada e desenvolvida para atender da maneira mais eficiente possível os interesses do capital. Segundo esta análise, uma concepção tecnológica para planificação e construção de máquinas que levassem em conta, preponderantemente, o trabalho, daria a estes instrumentos uma forma diversa. É possível consentir com esta colocação, uma vez que, através de observações da evolução da atividade laboral ao longo da história, percebe-se que os meios de trabalho sempre estiveram voltados à finalidade deste; os instrumentos têm sempre como função a conquista de um determinado objetivo, sendo

⁷ O que é caracterizado por Napoleoni como alienação operária.

este propósito, desde que a sociedade se divide em classes antagônicas, o da fração social dominante.

Assim conseguimos perceber que todo desenvolvimento das forças produtivas decorre dos interesses da classe social que se torna dominante. Na sociedade cujo modo de produção feudal encontrava-se limitado, surge com força, a burguesia industrial. Esta burguesia passa gradualmente a tornar-se a classe dominante, desbancando os senhores feudais e as relações até então vigentes. Por sua vez, é esta classe que impõe suas relações de produção, o que altera não somente a esfera econômica, mas também a social. Esta nova organização produtiva e social – o modo de produção capitalista – transforma o mundo a todo o tempo⁸, tendo como uma de suas necessidades o constante desenvolvimento dos meios de produção, já que são estes os que produzem a vida. Nestes incessantes incrementos dos instrumentos de trabalho, chegamos a sua forma última até então: a máquina. Esta máquina passará por uma ‘eterna’ alteração até que torne também limitada, e aí ocorreram transformações ainda mais profundas.

A FORMAÇÃO DE UMA POTÊNCIA INDUSTRIAL

O século XX abrangeu acontecimentos de suma importância para o mundo atual. Nele, ocorreu a Revolução Russa de 1917; duas Guerras Mundiais, em 1914-1918 e 1939-1945; guerras entre nações centrais e periféricas; crises como a de 1929 e a da década de 1970; independência política e/ou econômica de diversas nações; e a Guerra Fria que teve como protagonistas a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS de um lado e, por outro, os Estados Unidos da América – EUA.

Podemos dizer que os EUA foi o país que mais se beneficiou neste século que se encerrou há pouco. Foram os estadunidenses que lucraram com a Segunda Grande Guerra e que triunfaram na Guerra Fria – visto que a URSS caiu definitivamente na década de 1990. Além do mais, nenhum país conseguiu difundir tanto sua cultura – como o *american way of life* tão propagado em seus produtos e na vasta produção cinematográfica e televisiva – como esta nação no norte do continente americano. Outra coisa: nenhum Estado obteve tanto êxito em expandir suas garras imperialistas sobre regiões inteiras e, ainda mais, sem precisar efetivar seu domínio de maneira político-territorial.

Porém, o que é necessário compreender, é que esta potência que os EUA são até os dias de hoje não se formou no século XX. Foi neste período que o país se consolidou na vanguarda do capitalismo mundial, mas esta condição vêm de tempos muito anteriores, como abordaremos brevemente nas linhas seguintes.

⁸ Como a célebre frase de Marx – em sua obra em conjunto com Engels, *Manifesto do Partido Comunista* – sintetiza: “Tudo que é sólido desmancha no ar”.

Em sua colonização, os EUA contaram com a supremacia de uma distribuição de terras pautada nas pequenas propriedades e uma técnica produtiva que favorecia o próprio país. Isso se colocou de forma efetiva após a expansão do modo de produção do Norte do país. Para entender mais um pouco esta questão, é necessário verificarmos que o modo de produção que preponderava no norte e no sul do país eram distintos.

Sinteticamente, nas colônias do Norte prevalecia a policultura, um dinâmico mercado interno, isto é, a produção não é voltada para a exportação e relações de trabalho são pautadas na liberdade do assalariamento e na ênfase ao empreendimento privado. Nas colônias do Sul predominaria a *plantation*, sustentada pelo trabalho escravo, cuja produção monocultora – no caso o algodão – era basicamente exportado para a metrópole, o que geraria maior dependência da Inglaterra. (FERRARI, 2009, p. 7-8)

Quase um século após conquistarem sua independência da Inglaterra, os EUA entram numa Guerra Civil, que ocorre no período de 1860-1865. Este conflito se dá pela disputa da região Oeste, onde as forças do Norte, com suas colônias de povoamento, e do Sul, com as colônias de exploração, se enfrentam para ver quem fica com tal área. Porém, este embate não caracteriza apenas quem ficará com o Oeste, mas qual modo de produção será implantado lá. O Norte dos EUA é favorecido por sua organização econômica e social, já que a pluralidade produtiva e as indústrias – mesmo que incipientes –, favorecem a produção armamentista, alimentícia e de outros importantes utensílios. Desta forma, as classes dominantes do Norte saem vencedoras da Guerra Civil norte-americana.

Num contexto capitalista, não só o Norte ganha com essa vitória, mas todo os EUA, pois o modo de produção industrial proveniente desta região e que é espalhado por todo o território nacional favorece um desenvolvimento qualitativo das forças produtivas, enquanto o modelo *plantation* se limitaria a uma evolução quantitativa até que se chegasse ao limite deste desenvolvimento.

O caráter imperialista dos EUA pode ser visto desde o final do século XIX, quando – principalmente pelo fato já citado do triunfo do modo de produção nortista, baseado na industrialização e no trabalho livre assalariado – há um vertiginoso desenvolvimento das suas forças produtivas, fazendo com que o país assuma a liderança da industrialização mundial e assim consiga expandir seus domínios econômicos pelo México e diversas nações da América Central. Essa expansão fazia parte das intenções de Theodore Roosevelt⁹, como vemos na frase em que descreve seu desejo, enfatizando a questão de Cuba, que acabara de ser subordinada economicamente aos *yankees*, e aos outros países abaixo de sua fronteira: “[buscamos] favorecer eficazmente nossos interesses,

⁹ Presidente dos EUA de 1901 a 1909.

dominar o mercado cubano e impor nossa supremacia em todos os territórios e mares que se encontram ao sul de nós” (ROOSEVELT *apud* GUEVARA, 1987, p. 269).

Desta maneira, enquanto os países centrais da Europa realizavam suas dominações fisicamente, os EUA efetivavam seu *espaço vital* através da subordinação econômica, instalando fábricas nos países periféricos e superexplorando a mão-de-obra nativa destas nações. Da mesma maneira são desenvolvidos novos mercados para as elites destas regiões que consomem o produto manufaturado pelos norte-americanos. Produto este que é, na grande maioria dos casos, fabricado com a matéria-prima adquirida destes países que se encontram na periferia do sistema capitalista mundial.

O DESENVOLVIMENTO DO FORDISMO E DO TAYLORISMO NOS EUA

Para que exerça todo seu poderio, os EUA precisam primeiro industrializar-se, e este processo exige força de trabalho. Esta força do trabalho foi, então, “importada” de diversos países, como: Rússia, Itália, China, Polônia, Espanha, Alemanha, entre outros.

Estas condições materiais influenciaram no desenvolvimento de novos métodos produtivos, além de ser uma necessidade da acumulação capitalista a evolução de suas forças produtivas. Os milhões de indivíduos com diferentes costumes, religiões, idiomas, etc. chegam à América para trabalhar e, aqui chegando, formam guetos – com seus estabelecimentos, suas igrejas, seus cemitérios, restaurantes, etc. – para que se sintam mais próximos de suas raízes. Mas e para trabalhar? Não é possível realizar as atividades produtivas como bem desejam ou como faziam em suas terras, pois, principalmente nesta época, a lei que impera nas fábricas é a lei do capitalista. Assim, estes imigrantes têm de se adaptar às novas formas de produção na qual são inseridos.

Nos EUA do início do século XX há uma ênfase na racionalização do processo produtivo, tendo como principais expoentes destes incrementos no trabalho: Henry Ford e Frederick Taylor. O primeiro é responsável pela instituição das produções em *linha* nas fábricas. Além disso, Ford também foi importante na produção de materiais dotados de uma característica de grande relevância: a *intercambiabilidade*. Essa racionalização fordista abrangeu assim as ferramentas, que passar a ter uma maior padronização. Num sentido mais ideológico do fordismo, vê-se a ênfase do “executar e não indagar” na atividade realizada pelo operário. Assim, percebe-se que no fordismo há uma definição da separação entre o pensar e o fazer. Desta maneira, são separados os trabalhadores cuja atividade é meramente operacional daqueles trabalhadores de maior formação, ou seja, aqueles empregados de função mais intelectual. Com estas compreensões é possível distinguir claramente como o fordismo intensificou e ideologizou a divisão social do trabalho.

Com a mesma intensidade, vemos o taylorismo, que, com suas inovações em tempos e métodos, estabelecia o passo-a-passo para realização de todas as atividades dentro de um processo produtivo, de modo que instituía um padrão a ser atingido por todos. Os trabalhadores tinham, assim, determinado tempo para efetuar suas funções e também uma maneira pré-estabelecida por trabalhadores intelectuais, como os engenheiros, de modo que estivesse descartada qualquer “vadiagem sistemática” que pudesse prejudicar as tão estimadas produtividade e acumulação do patrão.

Com estas novas formas de pensar e fazer o trabalho busca-se a criação de um *trabalhador-maquinal*. Para melhor explicitar este termo podemos nos favorecer do que foi escrito por Antonio Gramsci, em seu texto *Americanismo e Fordismo*:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 2001, p. 266)

A “criação” deste trabalhador-maquinal ocorreu nos EUA mais fácil do que na Europa, uma vez que no Velho Continente a luta de classes era mais intensa, principalmente pelo fato das teorias socialistas e comunistas serem fortemente presentes em meio ao proletariado¹⁰. Já na América do Norte, o operariado, constituído, como vimos, por imigrantes que desejavam condições de vida melhores do que as quais estavam inseridos em suas terras, somando a isso o engessamento que era a disciplina *taylorista-fordiana*, dava meios para que o patrão americano realizasse esta maquinação do seu funcionário. Além do mais, muitas empresas – especialmente a Ford – proporcionavam salários mais altos do que a média, o que fomentava nos trabalhadores a ideia de poderiam, pelo trabalho árduo e disciplinado, aumentar seu nível de consumo. Porém, para que tal desejo fosse conquistado, esses trabalhadores eram proibidos de se envolver com políticas sindicais.

O TRABALHADOR PADRÃO

Esta proibição de ingressar no sindicato, exigida em empresas como a Ford, é apenas uma da serie de determinações que constituem um determinado trabalhador que os capitalistas sempre se esforçaram em construir: um trabalhador *padrão*.

¹⁰ Além do mais, como bem coloca Gramsci em sua obra já citada, a Europa busca implantar o modelo fordista devido aos ganhos que esta organização do trabalho traz aos proprietários, mas não há tentativa, nem possibilidade, de alterar a estrutura social europeia, a qual contém elementos de uma classe parasitária que é permanência de uma longa história que os demais continentes não tiveram.

Este funcionário forjado deveria levar sua vida de maneira que não se desgastasse fisicamente, o que certamente influencia seu ritmo de produção. Toda a racionalização da produção realizada por Taylor e Ford previa um trabalho ininterrupto, incessante; o trabalhador era orientado e fiscalizado para não parar de produzir; ele não poderia interromper sua atividade se não fosse por determinação de seus superiores ou algum caso de parada de emergência da linha (quebra de máquina, acidente, falta de matéria-prima, etc.). Assim, era muito comum que assistentes sociais das empresas fossem conhecer as localidades onde os funcionários residiam, visitando seus lares e realizando entrevistas com a família destes operários. Com isso, buscava-se adequar os trabalhadores a um padrão que atendessem às ambições capitalistas ou senão descartá-lo, demiti-lo.

Este modelamento do empregado tinha forte ênfase nas relações sociais deste. Era preciso defender que o trabalhador não tivesse uma vida sexual movimentada demais para que a produtividade fosse mantida, quando não aumentada. Para fixar mais ainda esta e outras concepções que formam esse ideário do trabalhador tão desejado pelo patronato é que percebemos a forte propagação do “puritanismo” nos EUA. O modo de vida dos trabalhadores deveria ser regulamentado. Desta forma, pode-se verificar que a racionalização do trabalho nos EUA é feita com estreita ligação a este proibicionismo.

Utilizando mais uma vez os escritos de Gramsci podemos corroborar isto:

Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado. (GRAMSCI, 2001, p. 252)

Toda esta preocupação com os lucros (mostrados com o proibicionismo) são elementos que se veem esquecidos quando se trata das condições de trabalho e vida dos trabalhadores. Há esta constante atenção à quantidade e qualidade dos produtos, mas não há o menor resquício de buscar um melhor atendimento às necessidades do indivíduo desprovido dos meios de trabalho, mantido na condição de mero fornecedor de sua capacidade produtiva mediante pagamento de uma quantia de sobrevivência. Esta contradição é ainda mais evidente quando se compara o nível médio dos salários e funções que exercem os indivíduos estadunidenses “de família” e os imigrantes. Estes últimos permanecem nas funções desqualificadas, de trabalho intenso e meramente mecânico. Já os nativos sustentam cargos mais qualificados, muitas vezes com papel de direção e organização.

Mas, sendo nativo ou imigrante, o trabalhador das inúmeras fábricas norte-americanas estavam suscetíveis a serem corrompidos por seus instintos. Não apenas a vida sexual, mas o consumo de álcool também era muito contestado, chegando a ser proibido pelo Estado através da “Lei Seca”. As bebidas eram mais um elemento que poderia reduzir os ganhos dos proprietários industriais. Interessantemente, quando vigente a lei que proibia o consumo de bebidas alcoólicas dentro do país, eram as classes dominantes que alimentavam o tráfico destes produtos, uma vez que não conseguiam – ou não queiram – deixar este costume.

CONCLUSÕES

O que podemos perceber com esta exposição é que toda transformação no modo produtivo é, antes de qualquer coisa, uma modificação social levada a cabo por uma classe que vem a se tornar dominante. No caso da sociedade industrial é a classe burguesa industrial que se torna dominante, se apropriando do processo produtivo para satisfazer seus interesses específicos. A Revolução Industrial e o subsequente aprimoramento das relações produtivas deram base para que a burguesia alterasse também toda a superestrutura da sociedade, implantando foram políticas e jurídicas que convergissem aos seus ideais.

Com o passar do tempo, a burguesia refina sua dominação a partir de um racionalismo cada vez mais complexo que vai sendo impetrado na produção.

Como se percebe, o industrialismo e, ainda mais, o modelo taylorista-fordista são responsáveis por travar luta brutal até mesmo contra a “animalidade” humana. Este processo, com base nos EUA nada mais é do que um desenvolvimento intenso do modo de produção capitalista. São os EUA a nação que mais se beneficiará no século XX e que espalhará por todo o globo sua cultura – tanto artística quanto produtiva –, ainda mais com a queda da URSS.

Estas inovações no processo produtivo levam o corpo do trabalhador às últimas consequências com o objetivo de extrair, da maneira mais eficaz possível, sua força de trabalho e conseguir deste jeito a obtenção de mais-valor em seu último limite. A ideação de um trabalhador-padrão ou trabalhador-maquinal fere tudo o que há de humano no mundo, uma vez que se trata de mutilar o indivíduo física e psicologicamente, visando apenas a acumulação e concentração de capital pela classe dominante. Esta apreensão se faz necessária para que se possa compreender como o capital se apropria do trabalho e, portanto, se possa ver uma forma de superar tal alienação que resulta desta subsunção.

REFERÊNCIAS

FERRARI, T. **A mudança do pólo dinâmico do capital no século XX: os Estados Unidos para além da Coca-Cola.** Artigo gerado a partir do mini-curso promovido pela Escola Livre de Ciências Humanas e Artes (ELCHA), Santo André: 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUEVARA, E. *in* **Che Guevara: textos econômicos para a transformação do socialismo.** Coleção América Latina, Série Nossa História, Nossos Problemas, v. 8. 10^a ed. São Paulo: Edições Populares, 1987.

MARX, K. **O Capital** – Livro I, Volume I. 28^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NAPOLEONI, C. **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

Data de submissão: 09/09/2012

Data da aprovação: 13/12/2012

